



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12685/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	35
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 25073/2023, Pregão Presencial 07/2024

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de tecnologia da Informação para uso administrativo e pedagógico, com suporte técnico total concomitante.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **DATEN TECNOLOGIA LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12685/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	36
Rubrica	

julgado da decisão a ela pertinente.
§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.”

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta ilegalidade no instrumento convocatório

III – DO MÉRITO

Em suas razões, o impugnante alega que o edital do certame supracitado, contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Quanto aos itens questionados pelo impugnante, cumpre destacar que versam estritamente sobre apontamentos que dizem respeito as necessidades e exigências da Secretaria Requisitante e que não cabe a esta especializada aprofundar o debate.

Embora seja importante salientar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante. Esta Comissão entende que os argumentos apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Considerando que esta Comissão mantém o respeito as atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

Já sobre a utilização da lei 8.666/93 neste processo licitatório, cumpre esclarecer que a escolha da legislação é feita pela Secretaria Requisitante. Contudo, é dever desta Comissão informar que os processos licitatórios instaurados até o dia 30 de dezembro de 2023, fundamentados nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, serão regidos pelas respectivas legislações,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	12685/2024
Data do Início	24/05/2024
Folha	37
Rubrica	

conforme artigo 1º da RESOLUÇÃO Nº 001/2024 da CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ.

IV – DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide conhecer a impugnação, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta especializada, solicita-se a análise da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas cabíveis para melhor andamento do procedimento licitatório.

Diante do exposto, esta Comissão submete à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 03/06/2024

Maria Lúcia Cardoso Travassos
Mat. 111.813

De acordo

Flávia Maria Nogueira Mattos
Pregoeira
Mat. 109.262